

ENVELHECIMENTO, SAÚDE E RACIALIDADE: DESAFIOS QUE PERMEIAM A LONGEVIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

Aparecida Tatiane de Almeida Carneiro¹;

Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP.

<http://lattes.cnpq.br/5864527730047983>

Rodrigo Jorge Salles²;

Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP.

<http://lattes.cnpq.br/8935665554406291>

Marta Ferreira Bastos³.

Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP.

<http://lattes.cnpq.br/6109233147317737>

RESUMO: O envelhecimento populacional no Brasil é atravessado por determinantes sociais históricos e estruturais, tais como: raça/cor, gênero, classe social, estigmas culturais e vulnerabilidade, que influenciam diretamente os processos de saúde e adoecimento, culminando nas diferentes formas de envelhecimento. O presente estudo discute as interseccionalidades vivenciadas pela população negra brasileira e os impactos em seu envelhecimento através de revisão bibliográfica e dados estatísticos, evidenciando-se que o envelhecimento da população negra ocorre de maneira desigual, impactado por racismo estrutural, exclusão histórica, acesso limitado à educação, saúde precária e condições de vida adversas. As mulheres negras, em especial, enfrentam maiores vulnerabilidades, como: inserção em trabalhos precarizados, sobrecarga de cuidados, baixa remuneração e difícil acesso a políticas públicas. Os dados mostram maior prevalência de doenças crônicas, mortalidade materna e sofrimento psíquico nessa população. Apesar de políticas voltadas à equidade racial, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, os avanços ainda são limitados. O estudo conclui que é urgente ampliar ações intersetoriais e antirracistas para garantir um envelhecimento digno e com direitos assegurados para a população negra. A construção de uma sociedade justa e igualitária passa necessariamente pelo enfrentamento das desigualdades raciais que atravessam todo o ciclo de vida.

PALAVRAS-CHAVES: Envelhecimento; Saúde; Determinantes sociais.

AGING, HEALTH AND RACIALITY: CHALLENGES THAT PERMEATE THE LONGEVITY OF THE BRAZILIAN BLACK POPULATION

ABSTRACT: Population aging in Brazil is affected by historical and structural social determinants, such as race/color, gender, social class, cultural stigmas, and vulnerability, which directly influence health and illness processes, culminating in different forms of aging. This study discusses the intersectionalities experienced by the black Brazilian population and the impacts on their aging through a literature review and statistical data. It is evident that the aging of the black population occurs unequally, impacted by structural racism, historical exclusion, limited access to education, poor health, and adverse living conditions. Black women, in particular, face greater vulnerabilities, such as insertion in precarious jobs, overload of care, low pay, and difficult access to public policies. The data show a higher prevalence of chronic diseases, maternal mortality, and psychological distress in this population. Despite policies aimed at racial equity, such as the National Policy for Comprehensive Health of the Black Population, progress is still limited. The study concludes that it is urgent to expand intersectoral and anti-racist actions to ensure dignified aging and guaranteed rights for the black population. Building a fair and egalitarian society necessarily involves addressing racial inequalities that permeate the entire life cycle.

KEYWORDS: Aging. Health. Social determinants.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional no Brasil é atravessado por determinantes sociais históricos e estruturais, tais como: raça/cor, gênero, classe social, estigmas culturais e vulnerabilidade, que influenciam diretamente os processos de saúde e adoecimento. Tal cenário tem impacto o processo de envelhecer deste grupo populacional em decorrência das desigualdades, interseccionalidades e marcadores sociais vivenciados (Couto, 2012; Almeida et al., 2018).

O termo *interseccionalidades*, cunhado pela jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw, se refere à articulação entre diferentes marcadores sociais, como: classe social, gênero, raça, sexualidade e identidade. Essa abordagem busca evidenciar como tais categorias se entrelaçam e operam de forma simultânea na constituição das experiências sociais, produzindo múltiplas formas de desigualdade e exclusão que incidem sobre o mesmo sujeito, impactando tanto nos aspectos de sua saúde, quanto na sua qualidade de vida (Akotirene, 2015).

Considera-se pessoa idosa, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), indivíduos com 60 anos ou mais em países em desenvolvimento. A senescência, enquanto processo natural do envelhecimento biológico, é comumente confundida com a senilidade, associando socialmente o envelhecimento à decadência física e mental, fomentando estigmas e preconceitos como: o ageísmo, que afeta de forma intensa a saúde emocional e física da população idosa (Andrade; Bueno, 2009; Couto et al., 2009; Brasil, 2023; SBGG, 2023)

A transição demográfica e epidemiológica da população brasileira, iniciada nas décadas de 1950 e 1960, decorrente da redução das taxas de fecundidade, resultando no crescimento da população idosa (IBGE, 2022). O aumento da expectativa de vida populacional foi decorrente de diversos fatores como: avanços na tecnologia farmacológica, implementação do sistema único de saúde - SUS, redução das taxas de mortalidade populacional dentre outros elementos. Vale ressaltar que em 1970 a expectativa de vida da população brasileira era de 54 anos, passando para 76 anos na atualidade. No entanto, esse envelhecimento ocorre de maneira desigual, sendo a população negra historicamente submetida a processos excludentes que comprometem o acesso à longevidade digna e saudável (ANS, 2011; Cepellos, 2021; GOV, 2024).

Entre os fatores que impactam negativamente o envelhecimento da população preta e parda, se destaca o acesso limitado à educação de qualidade, o que compromete a inserção qualificada no mercado de trabalho e, conseqüentemente, impede o acúmulo de recursos para a aposentadoria, além do acesso às condições mínimas de vida, como: moradia digna e alimentação adequada. Muitas dessas pessoas vivem em territórios marcados pelo racismo ambiental, frequentemente privados de infraestrutura básica, como saneamento, e conseqüentemente ficam mais vulneráveis aos desastres naturais, como: enchentes e deslizamentos. Tais condições contribuem para o agravamento em saúde e para a redução da qualidade de vida na velhice, sobretudo considerando que parcela significativa da população idosa negra reside nesses espaços (Oliveira; Cruz, 2024).

Nesse sentido, as desigualdades estruturais perpetuam um ciclo intergeracional de desvantagens. A ausência de oportunidades enfrentada pelas gerações anteriores repercute diretamente no desenvolvimento das gerações subsequentes, comprometendo a construção de uma velhice segura e digna, consolidando um padrão persistente de vulnerabilidade social e econômica. Assim, forma-se uma base fragilizada tanto em termos educacionais, quanto financeiros para as pessoas idosas negras (Oliveira; Cruz, 2024).

Embora hajam políticas públicas voltadas à promoção da equidade racial, como: a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), as ações afirmativas e a promoção da educação antirracista, a efetividade no enfrentamento das demandas e das realidades concretas vividas por esse grupo permanece limitada (Oliveira; Cruz, 2024).

Apesar dos avanços da medicina e da farmacologia que contribuíram significativamente para o aumento da longevidade da população em geral, as condições de envelhecimento continuam profundamente desiguais quando analisadas sob as lentes da raça/cor, gênero e classe social. Em especial, as mulheres negras, que historicamente ocupam posições socioeconômicas mais vulneráveis, enfrentam condições de envelhecimento marcadas por diferenças e precariedades em comparação às mulheres brancas (Oliveira; Cruz, 2024).

OBJETIVO

Discutir criticamente os desafios que permeiam a longevidade da população negra no Brasil, evidenciando as condições que afetam sua saúde e qualidade de vida.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica, fundamentada em fontes acadêmicas, relatórios oficiais e dados estatísticos produzidos por instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Saúde, Observatório Brasileiro das Desigualdades, entre outros.

A análise baseou-se em autores e autoras que discutem criticamente os efeitos do racismo estrutural sobre o envelhecimento da população negra, tais como Almeida (2019), Carneiro (2023), Fernandes (1972) e Gomes e Paixão (2008), além de dados estatísticos relacionados aos aspectos de saúde e qualidade de vida dessa população.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A abolição da escravidão ocorreu de forma abrupta, sem políticas públicas de inclusão ou reparação, deixando os ex-escravizados à própria sorte. Negros e negras foram marginalizados e excluídos do nascente mercado de trabalho, que favoreceu os imigrantes europeus em um projeto explícito de embranquecimento nacional (Santos et al., 2021).

A filósofa Sueli Carneiro (2023) argumenta que o racismo se constitui como um elemento estruturante das sociedades colonizadas, sustentando desigualdades baseadas na proximidade ou afastamento do ideal branco - europeu. Os censos atuais continuam demonstrando que as pessoas negras - especialmente as mulheres negras - estão mais propensas à exclusão social e à violação de direitos.

Gomes e Paixão (2008) destacam que a ausência de políticas de inclusão na pós-abolição excluiu a população negra. As mulheres negras foram afetadas duplamente por raça e gênero, empurradas para ocupações rejeitadas pelos imigrantes brancos, caracterizadas por baixos salários e alta demanda física. A função de empregada doméstica tornou-se um dos principais espaços de inserção dessas mulheres no mundo do trabalho.

Fernandes em seu livro: “*O Negro no mundo dos brancos*” denuncia o genocídio social vivenciado pela população negra em São Paulo, abandonados a própria sorte em processo de higienização urbana, culminando na construção na sociedade brasileira de uma atmosfera que nega a existência do racismo, expressando-o de modo velado por meio do discurso da igualdade e harmonia racial (Fernandes, 1972).

Almeida (2019) define o racismo como um sistema enraizado nas estruturas institucionais e sociais, ultrapassando atitudes individuais para configurar o racismo estrutural. Suas expressões incluem: a evasão escolar de jovens negros, o encarceramento em massa, os altos índices de desemprego, a violência policial, os baixos salários e a ausência de negros nos espaços de poder e decisão.

Dados do IBGE em 2022 revelam que, embora as pessoas negras representem 47.7% da população idosa brasileira, essa proporção é inferior ao observado nas outras faixas etárias, evidenciando um histórico de desigualdades no acesso à longevidade (IBGE, 2022; Ministério dos Direitos Humanos, 2023).

Tais desigualdades tornam-se ainda mais evidentes quando se considera o marcador de gênero. As mulheres negras apresentam um histórico de envelhecimento transpassado pela desocupação profissional, sobrecarga de trabalho, moradias precárias e um menor acesso às políticas públicas, além de sofrerem estigmas que deslegitimam suas expressões emocionais e dificultam o acesso à saúde mental (Oliveira; Cruz, 2024).

Em relação à saúde emocional, o impacto do racismo é preocupante. Os danos ocasionados pelas experiências constantes de humilhação, exclusão e violência sistemática velada, contribuem para altos índices de adoecimento psíquico. Em 2016, seis em cada dez suicídios entre jovens ocorreram entre as pessoas negras (Brasil, 2018; Silva, 2020).

Tais disparidades também se expressam nos indicadores clínicos, dentre as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), a hipertensão arterial se mostra prevalente entre homens e mulheres negras. O diabetes mellitus, por sua vez, atinge aproximadamente 50% mais mulheres negras do que mulheres brancas. A anemia falciforme, uma doença hereditária, tem incidência de 6% a 10% na população negra, enquanto na população geral brasileira representa de 2% a 6% (Ministério da Saúde, 2021; Secretária Municipal da Saúde, 2023).

Em relação à saúde reprodutiva, persistem as desigualdades: 67,01% das mortes maternas registradas em 2022 foram entre as mulheres negras, enquanto 29,3% corresponderam a mulheres brancas (Brasil, 2021). No tocante aos hábitos de vida, responsáveis por grande parte dos agravos em saúde, dentre os homens negros com idade entre 60 e 80 anos, se destaca a prevalência do consumo de fumo (Ministério da Saúde, 2021; Vieira et al., 2023).

A violência urbana reforça esse cenário de vulnerabilidade: 77,9% das vítimas de homicídio em 2022 foram pessoas negras, e 62% das vítimas de feminicídio eram mulheres

negras ((Brasil, 2021) Os dados socioeconômicos revelam que as mulheres negras, por sua vez, apresentaram os maiores índices de desocupação profissional e inserção em contextos de extrema pobreza, revelando a permanência de desigualdades interseccionais no mercado de trabalho e no acesso às políticas sociais(Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, 2024).

A jornalista Camila Silva (2024), por meio do portal Alma Preta, evidencia que, diante da discussão sobre a escala 6x1, os trabalhadores negros são maioria nos regimes mais exaustivos e apresentam os menores salários, especialmente nos setores da construção civil, indústria, comércio e transporte.

Segundo o DIEESE (2023), a população negra apresenta os maiores índices de desemprego. No recorte de gênero, entre 48 homens negros trabalhadores, apenas um ocupa cargo de gerência. As mulheres negras, por sua vez, concentram-se em ocupações precarizadas, como auxiliares de limpeza e babás, com remuneração entre R\$416,00 e R\$904,00, valores inferiores ao salário-mínimo (CUT, 2023).

Essas condições adversas acumuladas ao longo da vida revelam como a exclusão social enfrentada por gerações anteriores repercute nas trajetórias das gerações subsequentes, comprometendo suas bases educacionais, econômicas e de proteção. O envelhecimento da população negra, especialmente das mulheres, é, portanto, marcado por fragilidades estruturais persistentes (Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, 2024)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A longevidade da população negra brasileira, especialmente das mulheres negras, encontra-se em constante ameaça diante da persistência de um modelo social estruturado por desigualdades históricas, racismo e sexismo. Tais desigualdades não apenas comprometem o envelhecimento com dignidade, mas revelam a fragilidade das políticas públicas diante das demandas específicas desta população.

Promover um envelhecimento saudável, seguro e com direitos assegurados para a população negra exige o enfrentamento das opressões estruturais que atravessam suas trajetórias de vida. É fundamental ampliar o alcance e a efetividade das políticas de saúde, assistência, habitação, previdência e educação com enfoque antirracista e interseccional.

Somente com a construção de uma sociedade antirracista, comprometida com a justiça social e com a valorização da vida em todas as suas fases, será possível garantir um envelhecimento saudável e digno para todas e todos.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade: uso e comando nas lutas políticas. Geledés—

Instituto da Mulher Negra, 6 out. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/interseccionalidade-uso-e-comando-nas-lutas-politicas/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

ALMEIDA, Sílvio Luiz. de. **Racismo estrutural**. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, L. P. B.; MENEZES, T. M. O; FREITAS, A. V. S. et al. Características sociais e demográficas de idosos cuidadores e motivos para cuidar da pessoa idosa em domicílio. REME: Revista Mineira de Enfermagem, v. 22, e-1074, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20180004>. Acesso em: 20 set. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS). Exposição de motivos: Nota do Grupo Técnico Envelhecimento Ativo n.º 1. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: www.gov.br/ans. Acesso em: 7 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016 / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade–Brasília : Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim temático da biblioteca do Ministério da Saúde. Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Subsecretaria de Assuntos Administrativos, Divisão de Biblioteca do Ministério da Saúde. – v. 1, n. 1 (mar. 2021)- Brasília : Ministério da Saúde, 2021.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CEPELLOS, Vanessa Martines. Feminização do envelhecimento: um fenômeno multifacetado muito além dos números. PENSATA, Rev. Adm. Empres., São Paulo, v. 61, n. 2, p. 1-7, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020210208>. Acesso em: 21 abr. 2025.

COUTO, M. P. de P; KOLLER, S. H; NOVO, R; SOARES, P. S. Avaliação de discriminação contra idosos em contexto brasileiro – ageismo. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 25, n. 4, p. 509–518, out./dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000400006>. Acesso em: 18 abr. 2025.

COUTO, J. A. B. Trajetória ocupacional de cuidadores formais domiciliares de pessoa idosa: gênero, trabalho, qualificação e cuidado. 2012. 184 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. DOI: [10.11606/D.6.2012.de-07112012-154717](https://doi.org/10.11606/D.6.2012.de-07112012-154717).

CUT – Central Única dos Trabalhadores. Pesquisa do DIEESE mostra as dificuldades da população negra no mercado de trabalho. CUT Brasil, 17 nov. 2023. Disponível em: www.cut.org.br Acesso em: 10 jul. 2023.

FERNANDES, Florestan. Aspectos das questões raciais In: O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difusão Européia do Livro., 1972. Capítulo 1.

GOMES, F; PAIXÃO, M;. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 949-964, set.-dez. 2008. Disponível em: www.scielo.br/ref. Acesso em: 20 jul. 2024.

GOVERNO DO BRASIL. Expectativa de vida sobe para 76,4 anos no Brasil, após queda durante a pandemia. Agência Gov – Social e Políticas Públicas, 2024. Disponível em: agenciagov.ebc.com.br. Acesso em: 16 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: O número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Agência de Notícias IBGE, 27 out. 2022. Disponível em: agencia.de.noticias.ibge.gov.br. Acesso em: 2 abr. 2025.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Novembro Negro: a população idosa negra e o direito ao envelhecimento. Agência Gov., 30 nov. 2023. Disponível em: agenciagov.ebc.com.br. Acesso em: 21 abr. 2025.

OLIVEIRA, M. V. de; CRUZ, J. C. R O papel do direito em assegurar uma vida de qualidade ao envelhecer: o direito do envelhecimento digno da mulher negra nas periferias. VirtuaJus, Belo Horizonte, v. 9, n. 16, p. 308–319, 1º sem. 2024. ISSN 1678-3425.

PACTO NACIONAL PELO COMBATE ÀS DESIGUALDADES. Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades 2024. Disponível em: https://combateasdesigualdades.org/wp-content/uploads/2024/09/RELATORIO_2024_v3-1.pdf. Acesso em: 6 abr. 2025.

SANTOS, L. M. L.; CARDOSO, A. K. F.; NEVES, I. R. et al. Mulher negra no mercado de trabalho: efeito das discriminações de raça, gênero e classe. Organizações e Sustentabilidade, v. 9, n. 1, jan.-dez. 2021. ISSN 2318-9223. DOI: 10.5433/2318-9223.2021v9n1p8-30. Acesso em: 22 set. 2024.

SANTOS, F. H. dos; ANDRADE, V. M; BUENO, O. F. A. Envelhecimento: um processo multifatorial. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 14, n. 1, p. 3–10, jan./mar. 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE. Pessoa idosa e a vigilância de doenças e agravos não transmissíveis no município de São Paulo. São Paulo, 2023. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em: 6 abr. 2025.

SILVA, C. R. S. da. Negros são maioria na escala 6x1 e têm os menores salários. Alma Preta Jornalismo: Política, 15 nov. 2024. Disponível em: almapreta.com.br. Acesso em: 16 nov. 2024.

SILVA, N. Para as mulheres negras, o autocuidado não é apenas uma palavra da moda. É um ato de resistência radical. Geledés — Instituto da Mulher Negra, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/para-as-mulheres-negras-o-autocuidado-nao-e-apenas-uma-palavra-da-moda-e-um-ato-de-resistencia-radical/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA (SBGG). O impacto do etarismo sobre o bem-estar social. 18 abr. 2023. Disponível em: sbgg.org.br. Acesso em: 18 abr. 2025.